

Demonstrações Financeiras

Águas de Castilho S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Castilho S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Águas de Castilho S.A.
Castilho - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Castilho S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Águas de Castilho S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.051	3.699	Fornecedores e outras contas a pagar	7	370	586
Contas a receber e outros recebíveis	5	982	952	Empréstimos e financiamentos	8	1.307	1.255
Impostos e contribuições a recuperar		148	37	Obrigações fiscais		90	134
Outros Ativos		<u>287</u>	<u>130</u>	Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	-	122
Total do ativo circulante		<u>3.468</u>	<u>4.818</u>	Outras obrigações		<u>225</u>	<u>115</u>
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo							
Contas a receber e outros recebíveis	5	1.206	1.206	Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	79	-	Fornecedores e outras contas a pagar	7	104	104
Outros Ativos		<u>105</u>	<u>103</u>	Empréstimos e financiamentos	8	4.367	5.439
Total do realizável a longo prazo		<u>1.390</u>	<u>1.309</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9-c	336	1.177
Imobilizado		339	361	Provisão para perdas com causas judiciais		4	4
Ativos de direito de uso		159	198	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	49
Intangível e ativo de contrato	6	<u>10.831</u>	<u>10.846</u>	Total do passivo não circulante		<u>4.811</u>	<u>6.773</u>
Total do ativo não circulante		<u>12.719</u>	<u>12.714</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	9	2.785	2.785
				Reservas de lucros		6.599	5.762
				Total do patrimônio líquido		<u>9.384</u>	<u>8.547</u>
				Total do passivo		6.803	8.985
Total do ativo		<u>16.187</u>	<u>17.532</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.187</u>	<u>17.532</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Castilho S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	8.104	7.577
Custo dos serviços prestados	14	(3.607)	(2.565)
Lucro bruto		4.497	5.012
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais, administrativas e gerais	14	(1.921)	(1.913)
Outras receitas líquidas		1	57
		(1.920)	(1.856)
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		2.577	3.156
Receitas financeiras	15	320	206
Despesas financeiras	15	(1.080)	(1.133)
Resultado financeiro líquido		(760)	(927)
Lucro operacional antes dos tributos		1.817	2.229
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(517)	(699)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	128	84
Lucro líquido do exercício		1.428	1.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Castilho S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.428	1.614
Resultado abrangente total	<u>1.428</u>	<u>1.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Castilho S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 1º de janeiro de 2020		2.785	365	4.106	-	-	7.256
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.614	1.614
Reserva legal		-	81	-	-	(81)	-
Dividendos		-	-	(5.256)	5.316	(60)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(323)	(323)
Retenção de lucros		-	-	1.150	-	(1.150)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	2.785	446	-	5.316	-	8.547
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.428	1.428
Reserva legal		-	71	-	-	(71)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(591)	(591)
Retenção de lucros		-	-	766	-	(766)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	2.785	517	766	5.316	-	9.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Castilho S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.428	1.614
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(128)	(84)
Imposto de renda e contribuição social provisionados	517	699
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(227)	(209)
Provisão para perdas com causas judiciais	-	4
Depreciação e amortização	1.207	584
Baixa de ativo intangível	(22)	-
Juros sobre atualização do contas a receber	(155)	(150)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	384	344
	3.004	2.802
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	274	116
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recuperar	(111)	63
Aumento em outros ativos	(159)	(108)
Redução (aumento) em fornecedores e outras contas a pagar	(216)	234
Aumento em outras obrigações	110	1
Redução em obrigações fiscais	(133)	(34)
	2.769	3.074
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber outros recebíveis	78	75
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(384)	(172)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(639)	(578)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	1.824	2.399
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(20)	(361)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(1.089)	(763)
Depósitos bancários vinculados	-	242
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(1.109)	(882)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	243	2.319
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.263)	(473)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(1.343)	-
Fluxo de caixa usado nas (proveniente das) atividades de financiamentos	(2.363)	1.846
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.648)	3.363
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.699	336
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2.051	3.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Operações Gerais

A Águas de Castilho S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de Castilho - Estado de São Paulo, na rua Presidente Getúlio Vargas, nº 20.

1.2. Contexto operacional

A Companhia iniciou suas atividades em 29 de outubro de 2010 e tem como objeto a prestação de serviços públicos de água e esgoto no município de Castilho, bem como a exploração de fontes de receitas autorizadas, e a prestação dos serviços complementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia com o Município de Castilho, nos termos do “Edital de Licitação da Concorrência Pública nº 002/2010” e do “Contrato de Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário”. A Companhia é controlada em conjunto pela Iguá Saneamento S.A. e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento em 2040. Os prazos contratuais poderão ser prorrogados, como previsto no contrato de concessão, desde que observado o prazo de 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, em comum acordo entre as partes.

1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19

A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente.

A Companhia informa que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Mensuração ao valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Receita de contrato com cliente--Continuação

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Seguro fiança;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.4. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributos--Continuação

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.5. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

c) Depreciação

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativos de contrato

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 - Receita de contrato com cliente.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões--Continuação

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Arrendamentos--Continuação

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Veículos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.18. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Classificação circulante versus não circulante--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante-- Continuação

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – NE 6
- (ii) Provisão para perdas de ativos financeiros (Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa) – NE 5
- (iii) Provisões para perdas com causas judiciais

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Taxa média de remuneração	2021	2020
Caixa			
Saldos bancários		187	173
Equivalentes de caixa			
Fundos de investimento	4,74% 2021 e 2,29% 2020	1.864	3.526
Total		2.051	3.699

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2021	2020
Contas a receber de saneamento e serviços		1.503	1.206
Direitos a faturar		267	250
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(857)	(630)
		913	826
Partes relacionadas - conta corrente	16	1.206	1.206
Adiantamentos		-	94
Outros		69	32
Circulante		982	952
Não circulante		1.206	1.206
Total		2.188	2.158

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2021	2020
A vencer	792	763
Vencidos até 30 dias	191	160
Vencidos entre 31 e 60 dias	84	64
Vencidos entre 61 e 90 dias	41	29
Vencidos entre 91 e 120 dias	28	24
Vencidos entre 121 e 150 dias	16	14
Vencidos entre 151 e 180 dias	21	11
Vencidos acima de 181 dias	597	391
Total	1.770	1.456

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para redução ao valor recuperável do contas a receber. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	421
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	414
Valores baixados	(205)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	630
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	509
Valores baixados	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	857

É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas.

6. Intangível e ativo de contrato

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativos de contrato (obras em andamento)	Outorga de concessão	Software	Total
Custo					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	9.641	1.974	900	34	12.549
Adições	727	36	-	-	763
Baixas	(84)	-	-	-	(84)
Transferências	1.664	(1.664)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.948	346	900	34	13.228
Adições	616	473	-	-	1.089
Baixas	(9)	3	-	-	(6)
Transferências	196	(196)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.751	626	900	34	14.311
Amortização					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	(1.660)	-	(257)	(29)	(1.946)
Adições	(487)	-	(31)	(2)	(520)
Baixas	84	-	-	-	84
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.063)	-	(288)	(31)	(2.382)
Adições	(1.075)	-	(28)	(2)	(1.105)
Baixas	7	-	-	-	7
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(3.131)	-	(316)	(33)	(3.480)

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Intangível e ativo de contrato--Continuação

a) Valor contábil--Continuação

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2020		2021		
		Custo	Adição	Baixa	Transferências	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	41	-	-	-	41
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 18	1.062	14	(7)	33	1.102
Rede de Água	De 4 a 5	7.556	602	(2)	108	8.264
Rede de Esgoto	De 4 a 6	3.289	-	-	55	3.344
Total		11.948	616	(9)	196	12.751

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2019		2020		
		Custo	Adição	Baixa	Transferências	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	41	-	-	-	41
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 18	279	35	(84)	832	1.062
Rede de Água	De 4 a 5	6.423	631	-	502	7.556
Rede de Esgoto	De 4 a 6	2.898	61	-	330	3.289
Total		9.641	727	(84)	1.664	11.948

(*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 22-26 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2021.

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Intangível e ativo de contrato--Continuação

c) Teste por redução ao valor recuperável--Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - as receitas foram projetadas entre 2021 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da Companhia.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 8,14% em 31 de dezembro de 2021 (10,00% em 31 de dezembro de 2020).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

7. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2021	2020
Fornecedores diversos		273	419
Partes relacionadas - operações mensais	16	200	197
Outras contas a pagar		1	-
		474	616
Adiantamentos		-	74
Circulante		370	586
Não circulante		104	104
Total		474	690

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros		Vencimento	2021	2020
			médios a.a. (%)	(*)			
BNDDES - partes relacionadas	16	TJLP	6,72		2025 a 2028	5.508	6.495
Arrendamento					2025	166	199
Circulante						1.307	1.255
Não circulante						4.367	5.439
Total						5.674	6.694

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 81
		meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Empréstimos e financiamentos	5.508	1.271	1.255	1.255	1.007	262	458
Arrendamento	166	36	39	43	48	-	-
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 93
		meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Empréstimos e financiamentos	6.495	1.222	1.204	1.204	1.204	1.203	458
Arrendamento	199	33	36	39	43	48	-

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Dividendos e JSPC a pagar	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	4.474	-	903	5.377
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de cédula de crédito bancário	2.319	-	-	2.319
Amortização	(470)	(3)	-	(473)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.849	(3)	-	1.846
Outras variações				
Arrendamento	-	202	-	202
Provisão de juros	342	2	-	344
Pagamento de juros	(170)	(2)	-	(172)
Juros sobre capital próprio	-	-	274	274
Total de outras variações	172	202	274	648
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.495	199	1.177	7.871
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Emissão de cédula de crédito bancário	243	-	-	243
Amortização	(1.230)	(33)	-	(1.263)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	(1.343)	(1.343)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(987)	(33)	(1.343)	(2.363)
Outras variações				
Provisão de juros	366	18	-	384
Pagamento de juros	(366)	(18)	-	(384)
Juros sobre capital próprio	-	-	502	502
Total de outras variações	-	-	502	502
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.508	166	336	6.010

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Companhia e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.785 (idêntico em 31 de dezembro de 2020). Está representado por 2.785.276 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2020), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Iguá Saneamento S.A.	70%	70%
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	30%	30%
Total	100%	100%

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

A Companhia possui o montante de R\$ 336 a pagar em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2020) de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo que na AGE de setembro de dezembro de 2021, foi reconhecido os juros sobre o capital próprio no montante de R\$591 (R\$502 valor líquido de impostos de renda retido na fonte), considerado como dividendo mínimo obrigatório.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total do passivo	6.803	8.985
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.051)	(3.699)
(=) Dívida líquida (A)	4.752	5.286
Total do patrimônio líquido (B)	9.384	8.547
Alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	0,51	0,62

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.864	3.526	187	173	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	2.188	2.158	-	-
Ativos financeiros		1.864	3.526	2.375	2.331	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	7	-	-	-	-	474	690
Empréstimos e financiamentos	8	-	-	-	-	5.674	6.694
Passivos financeiros		-	-	-	-	6.148	7.384

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação*

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.051	3.699
Contas a receber e outros recebíveis (*)	5	2.188	2.064
Total		4.239	5.763

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia não observou até a presente data e não espera impactos significativos de liquidez e de fluxo de caixa decorrente da pandemia do Covid-19 e reforça o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2021	2020
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	7	474	616
Empréstimos e financiamentos	8	5.674	6.694
Circulante		1.677	1.767
Não circulante		4.471	5.543
Total		6.148	7.310

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 81 Meses
Fornecedores e outras contas a pagar	474	474	370	104	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.508	6.823	1.781	1.615	1.483	1.120	323	501
Arrendamento	166	201	50	50	50	51	-	-
Total	6.148	7.498	2.201	1.769	1.533	1.171	323	501

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
Fornecedores e outras contas a pagar	616	616	512	104	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.495	7.463	1.533	1.462	1.391	1.320	1.016	741
Arrendamento	199	251	50	50	50	50	51	-
Total	7.310	8.330	2.095	1.616	1.441	1.370	1.067	741

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado--Continuação*

Perfil

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	4	1.864	3.526
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	8	5.508	6.495

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.864	CDI	4,74	88	5,93	111	7,11	133
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(5.508)	TJLP	5,32	(293)	6,65	(366)	7,98	(440)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	<u>(3.644)</u>			<u>(205)</u>		<u>(255)</u>		<u>(307)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>(50)</u>		<u>(102)</u>

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de mercado--Continuação*

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2021	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	1.864	CDI	4,74	88	3,56	66	2,37	44
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	<u>(5.508)</u>	TJLP	5,32	<u>(293)</u>	3,99	<u>(220)</u>	2,66	<u>(147)</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	<u>(3.644)</u>			<u>(205)</u>		<u>(155)</u>		<u>(103)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						<u>50</u>		<u>102</u>

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 31 de dezembro de 2021 e a TJLP foram extraídas do BACEN.

v) *Risco de preço*

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	369	249	-	-	120	88
Outras provisões	15	12	-	-	3	1
Intangível líquido - contrato de concessão	-	-	24	25	1	1
Direitos a faturar	-	-	82	77	(5)	(16)
Outorga concessão	-	-	199	208	9	10
	384	261	305	310	128	84
Compensação (*)	(305)	(261)	(305)	(261)	-	-
Total líquido	79	-	-	49	128	84

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	2021	2020
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	1.817	2.229
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(618)	(758)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	9	4
Outras	220	139
Imposto corrente	(517)	(699)
Imposto diferido	128	84
Alíquota efetiva	21%	28%

13. Receita operacional líquida

Receita operacional líquida	2021	2020
Saneamento	7.806	7.743
Construção	1.082	680
Serviços	291	279
Abatimentos e cancelamentos	(342)	(415)
Impostos sobre serviços	(733)	(710)
Total	8.104	7.577

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Custos e despesas por natureza

Custos e despesas por natureza	2021	2020
Custo de construção	(1.082)	(680)
Depreciação e amortização	(1.207)	(584)
Serviços de terceiros	(782)	(782)
Pessoal	(1.046)	(1.042)
Outorga e taxas de fiscalização	(165)	(217)
Energia elétrica	(509)	(433)
Materiais	(220)	(220)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(227)	(209)
Outras	(290)	(311)
Total	(5.528)	(4.478)
Custo dos serviços prestados	(3.607)	(2.565)
Despesas administrativas e gerais	(1.921)	(1.913)

15. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	155	150
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	164	53
Descontos obtidos	1	3
Total	320	206
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(384)	(344)
Seguro fiança	(364)	(359)
Outras despesas financeiras	(327)	(388)
Impostos sobre operações financeiras	(5)	(42)
Total	(1.080)	(1.133)
Despesa financeira líquida	(760)	(927)

16. Partes relacionadas

a) Controladora

As partes controladoras em conjunto da Companhia são a Iguá Saneamento S.A. e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP por definição de acordo de acionista.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas--Continuação

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração da diretoria	70	67
Participação nos lucros e resultados	46	48
Encargos sociais	23	23
Benefícios diretos e indiretos	5	3
Total	<u>144</u>	<u>141</u>

Não foram pagos valores a título de:

- (a) Benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) Benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);
- (c) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
- (d) Remuneração baseada em ações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas

Contrato de serviços de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas controladoras em conjunto, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão, no montante equivalente a 5% sobre a receita líquida.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Em contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos	(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 7 e 8)	(Nota 7 e 8)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(98)	(98)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	-	33	32	(395)	(410)
Contrato de assistência técnica	(c)	-	167	165	(332)	(346)
Conta corrente	(d)	1.206	1.206	-	-	-
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	(e)	-	5.508	6.495	(366)	(342)
Circulante		-	1.367	1.315	(1.191)	(1.196)
Não circulante		1.206	4.341	5.377	-	-
Total		1.206	5.708	6.692	(1.191)	(1.196)

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Contrato de serviços de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão, no montante equivalente a 5% sobre a receita líquida
- (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A., no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente, o contrato não prevê juros e atualização monetária.
- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, vide mais detalhes na nota explicativa nº 8.

17. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

Águas de Castilho S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Compromissos

a) Ativo transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o ativo transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria

Diretoria

Luis Guilherme Bruno da Silveira Bizelli
Isabel Cristina Norio Manfre

Conselho de Administração

Péricles Sócrates Weber
Felipe Rath Fingerl
Agnaldo Pacheco Sampaio
Antônio Rodrigues da Grela Filho
Luis Guilherme Bruno da Silveira Bizelli

Gerente de Controladoria e Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº SP-244592/0-1